

CHILE E BOLÍVIA E O CONFLITO PARA ALCANÇAR O OCEANO: GUERRA DO PACÍFICO E MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS PAÍSES

Chile and Bolivia and the conflict to achieve the ocean:
Pacific War and changes on relations between the two
countries

Eduardo Ernesto Filippi¹
Carla Carpim Charão²

Introdução

A *Guerra del Pacífico* também conhecida como a ‘Guerra dos dez centavos’, ocorrida entre os anos de 1879 a 1884, foi o evento que deu origem aos problemas diplomáticos e fronteiriços entre Chile e Bolívia. O presente artigo busca mostrar as dificuldades das relações internacionais entre estes dois países, remetendo ao período da referida guerra como ponto de partida e trazendo as informações históricas sobre as tentativas de acordo dessa questão até os dias atuais.

A organização deste artigo foi realizada da seguinte forma: após a introdução se apresenta relatos históricos sobre as relações entre Chile e Bolívia, bem como imagens relacionadas à geografia da área de disputa, e fatos referentes às tentativas de tratados entre estes dois países. Finalizando com considerações sobre as possibilidades do que pode ocorrer após as decisões tomadas recentemente pelos atuais governos de Bolívia e Chile.

¹ Eduardo Ernesto Filippi - Doutor em Economia Política (Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França), Mestre em Economia Rural (UFRGS) e Bacharel em Ciências Econômicas (UFRGS). Professor e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Economia (PPGE). Email: edu_292000@yahoo.com.br.

² Carla Carpim Charão - Estudante do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais Contemporâneos da Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS), Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue (Ulbra). Email: leecharao@yahoo.com.br.

Um breve histórico do litígio Chile x Bolívia

O passado dos países sul-americanos está amarrado. Suas diferenças, hoje, podem ser nada além do que a necessidade de identidade de seus povos. A história de Chile e Bolívia como estados, e não mais colônias da Espanha, inicia-se na preocupação e disposição para demandar a independência do que hoje conhecemos como Estado peruano.

Por volta de 1819, o Chile soma forças com as ‘Províncias Unidas do Rio da Prata’³ para promover e levar forças militares na ‘*Expedición Libertadora del Perú*’. Essa expedição tinha como objetivo independizar o Estado peruano da coroa espanhola.

Conforme Dozer (1966), o estado chileno teria sido o principal patrocinador desta demanda, e já naquele período contava com empréstimos da Inglaterra. O autor também comenta que:

As causas dessa desamizade remonta às guerras de independência, quando Chile financiava a expedição de San Martín contra Lima, esperando ser reembolsado dos custos da expedição. Nunca, porém, fora pago, nem recebera do Peru qualquer quantia por conta de uma pequena parte do empréstimo de um milhão de libras, que o Chile transferira ao país limítrofe em 1822, a fim de que os patriotas peruanos pudessem financiar a sua guerra contra as forças do vice-rei. (DOZER, 1966, p. 324)

O estado chileno auxiliou nas batalhas tanto terrestres quanto marítimas para garantir a independência dos países envolvidos nesta busca pela soberania. E isso não foi impeditivo para que Peru e Bolívia, mais tarde, assinassem um tratado secreto de “parceria” caso houvesse necessidade de combater qualquer estado que pudesse ameaçar sua soberania ou território.

Rosales (2011) relata que, ao final do ano de 1860, havia alguma proximidade entre os dois países, pois existia o interesse em finalizar as controvérsias comerciais relacionadas aos limites comerciais. No ano de 1866, foi possível a assinatura do Tratado que especificava o paralelo 24 de latitude meridional, a partir do Pacífico até os limites orientais do Chile, tema que se encontrava pendente desde a declaração de independência

³ Leia-se aqui: República de Bolívar = Bolívia, Estado Oriental del Uruguay = Uruguai e Confederación Argentina = Argentina.

da Bolívia, em 1825. Conforme a autora, este tratado deveria estipular a distribuição equitativa da exploração dos depósitos do guano localizado na cidade de Mejillones, bem como o direito de exportação dos minerais extraídos daquele território.

As zonas salitreiras na divisa de Chile, Peru e Bolívia eram, por volta de 1860, as regiões mais disputadas pelos países andinos, conforme afirma Moreira (2010). Os ingleses foram os descobridores das propriedades do guano e do salitre para o cultivo de alimentos e fabricação de munição, conforme descrito por Eduardo Galeano (1970) no trecho a seguir:

O guano teve suas propriedades fertilizantes reveladas nos laboratórios britânicos; a partir de 1840, desde a costa peruana, começou sua exportação em grande escala. Os alcatrazes e as gaivotas, alimentados pelos fabulosos cardumes de correntes que lambem as margens, tinham acumulado nas ilhas e ilhotas, desde tempos imemoriais, grandes montanhas de excrementos ricos em nitrogênio, amoníaco, fosfatos e sais alcalinos: o guano se conservava puro nas costas sem chuva do Peru. Pouco depois do lançamento internacional do guano, a química agrícola descobriu que eram ainda maiores as propriedades nutritivas do salitre, e em 1850 já era muito intenso o seu emprego como adubo em campos europeus. As terras do velho continente dedicadas ao cultivo do trigo, empobrecidas pela erosão, [...], recebiam avidamente os carregamentos de nitrato de soda provenientes das salitreiras peruanas de Tarapacá e em seguida, da província boliviana de Antofagasta. (GALEANO, 1970, p. 188)

Empresários ingleses eram os principais responsáveis pela exportação destas matérias primas para os países da Europa, e estes estavam atrelados à sociedade chilena. A Bolívia, por sua vez, passava por um período de instabilidade política, o que ocasionou situações de revoltas em determinadas cidades. Dozer (1966) explica que faltava ao país o poder de uma constituição escrita. A cidade de Santa Cruz reduziu a anarquia e harmonizou as rivalidades das seis cidades fundamentais do altiplano boliviano, “cada uma delas no núcleo de localismo e isolada das outras por semanas de viagem em lombo de mula através de ermos caminhos nas montanhas” (DOZER, 1966, p. 338). O autor ainda cita que houve líderes como José Ballivián, presidente que subiu ao poder através do exército, no ano de 1841, que reconhecidamente se esforçou para promover estabilidade, paz e desenvolvimento econômico à nação. Ballivián renunciou em 1847,

desgostoso com o estado, e deixou o país. José Mariano Melgarejo, em 1864, também fez esforços para reviver o nacionalismo entre os bolivianos.

A Bolívia passou por sérias dificuldades econômicas ao longo do século XX. Enquanto o Chile já possuía uma estrutura que lhe permitia organizar a sociedade, a Bolívia estava longe de estabelecer como organizar-se administrativamente e qual seria seu formato, tanto de política interna quanto externa.

De acordo com Dozer (1966), a abertura para a colonização europeia no século XIX realizada no Chile foi, comparando-a aos demais países sul americanos, de ordenação, crescimento e desenvolvimento para a região:

Durante a presidência do general Bulnes, o Chile experimentou um verdadeiro despertar intelectual. Fundou-se uma sociedade literária chilena em 1842, e no mesmo ano surgiu a Universidade do Chile; [...] a nova instituição incluía cinco Faculdades. (DOZER, 1966, p. 328).

Os líderes chilenos optaram por diminuir o poder da igreja católica e criaram acordos econômicos com o governo inglês, além de receber apoio norte-americano para alguns projetos específicos, a exemplo:

[...] Em 1840 foi inaugurada a primeira companhia de navegação marítima, que se destinava a explorar não só o tráfico costeiro, mas também o comércio com a Europa. Essa companhia, financiada por capitais londrinos, foi organizada por um cidadão norte-americano, William Wheelwright. Em particular, a corrida do ouro da Califórnia estimulou o comércio do Chile com os Estados Unidos, criando neste último país uma nova procura de trigo chileno.” (DOZER, 1966, p. 326).

Os Tratados

Conforme Rosales (2011), vários tratados foram assinados entre Chile e Bolívia na tentativa de regularizar as disputas referentes aos limites territoriais entre os dois países, bem como de dividir a exportação do salitre. Houve o tratado que foi o estopim da Guerra do Pacífico, conforme Santos⁴ (2002), citado por Reyes (2009, p. 172): “[...]”

⁴ SANTOS, L. C. V. G. O império e as republicas do Pacífico. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. 177 p.

havia um acordo estabelecido entre Bolívia e Chile, no ano de 1874, que protegia o capital chileno de novos impostos por um período de 25 anos”.

A Bolívia estava sofrendo uma forte pressão por parte do governo peruano, de acordo com Dozer (1966), para que tomasse providências contra os investimentos do Chile no território vizinho, pois o Peru padecia, com o poder de exportação “chileno”, algo que eles consideravam uma concorrência desleal, já que as empresas chilenas possuíam o apoio estrangeiro. E a Bolívia em crise – conforme afirma Rosales (2011) então governada por Hilarión Daza, decide que a melhor estratégia seria aumentar os valores dos impostos, algo que o governo chileno interpreta como uma violação do tratado de 1874, o que, para Ortega (1984), gera a ocasião perfeita para a elite chilena, que já pregava internamente tomar o controle daqueles territórios.

Empresas chilenas diretamente afetadas se negaram a pagar a diferença dos 10 centavos de peso para cada 100kg de salitre extraídos do território boliviano.

Marton (2012) afirma que o governo boliviano ameaçou tomar as empresas chilenas. O ‘*Tratado de Alianza defensiva*’, firmado entre Peru e Bolívia, tinha como principal objetivo proteger os recursos naturais e também o deserto de Atacama. Tal tratado, considerado secreto pelo governo chileno, foi assinado no dia 6 de fevereiro de 1873. O mesmo obriga o segundo país a participar em seu favor numa possível declaração de guerra. A seguir, a tradução livre para o primeiro artigo deste tratado:

Artigo 1º - As partes contratantes se unem para garantir mutuamente sua independência, sua soberania e a integridades de seus territórios respectivos, obrigando-se nos termos do presente tratado a defender-se de toda agressão externa, assim seja de um ou outro Estado independente ou de uma força sem bandeira que não obedeça a nenhum poder reconhecido. Tratado de Alianza Defensiva Peru-Bolívia⁵.

⁵ Artículo I.- Las altas partes contratantes se unen y ligan para garantizar mutuamente su independencia, su soberanía y la integridad de sus territorios respectivos, obligándose en los términos del presente tratado a defenderse de toda agresión exterior, bien sea de uno u otros Estados independientes, o de una fuerza sin bandera que no obedezca a ningún poder reconocido. - Tratado de Alianza Defensiva Perú-Bolivia. (Tradução nossa.)

Autores como Reyes (2009) e Galeano (1970) afirmam que houve por parte da elite chilena, e também do empresariado inglês, um forte apoio à proclamação de guerra contra a Bolívia pela ofensa na tentativa não apenas da cobrança de impostos, como também de tentar tomar as instalações das empresas alojadas em território boliviano.

[...] A venda das concessões de exploração da área e a entrega do guano e do salitre a John Thomas North, proprietário da *Liverpool Nitrate Company* (MERCADO, 1988, p. 20) levaram o Chile, contando com apoio inglês, a atacar o Peru e a Bolívia, tomando desses países esse árido território que além de conter diversas riquezas minerais era a porta de saída da Bolívia para o Oceano Pacífico, deixando claro que os interesses econômicos impõem uma definição clara dos limites. [...] (MERCADO, 1998 apud REYES, 2009, p. 172)

Roca (2004), porém, informa de outra maneira este episódio. A *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*, era anglo-chilena e seu principal acionista era Agustín Edwards Ross. Esta empresa teria recebido privilégios do governo boliviano, entre eles o da companhia ter se tornado uma sociedade anônima. As concessões e benefícios dados foram permitidos até o ano de 1878, quando foi ratificada a lei que ocasionou a guerra. O autor reproduz em seu texto o artigo único da lei traduzido, a seguir:

Aprova-se a transação efetuada pelo Executivo de 27 de novembro de 1873, com o procurador da *Cia. de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* a condição de pagar em dinheiro, pelo menos um imposto de 10 centavos por quintal de salitre exportado⁶. (ROCA, 2004, p. 24)

A Guerra do Pacífico, iniciada em 1879, que deu ao Chile, em menos de cinco anos, toda a região que hoje é conhecida como o norte do país (algo que pertenceu tanto ao Peru quanto à Bolívia) pode ter sido motivada exclusivamente por interesses de uma única empresa, tendo tirado da Bolívia a sua soberania para o mar e seus portos.

A Guerra do Pacífico só terminou oficialmente com a assinatura do Tratado de Ancón. Reyes (2009) diz que a guerra do Pacífico acabou com a assinatura deste

⁶ Se aprueba la transacción efectuada por el Ejecutivo de 27 de noviembre de 1873, con el apoderado de la Cia. De Salitres y Ferrocarril de Antofagasta a condición de hacer efectivo, como mínimo, un impuesto de 10 centavos por quintal de salitre exportado. (Tradução nossa.)

documento, no dia 20 de outubro de 1883, e que a trégua entre Bolívia e Chile só foi assinada oficialmente no dia 04 de abril de 1884. Ambos os acordos, no entanto, consagraram o triunfo chileno com a entrega do litoral boliviano e das esplêndidas províncias de Antofagasta e Tarapacá ao Chile. Galeano (1970) ressalta também que a perda do estado boliviano é superior ao que a maioria dos autores informa, se acrescentarmos ao cálculo a privação da maior mina de cobre do país, localizada em Chuquicamata, conforme trecho a seguir [...] A Bolívia por sua vez não se deu conta do que perdera com a guerra: a mina de cobre mais importante do mundo atual, Chuquicamata, localiza-se exatamente na província agora chilena de Antofagasta. [...] (GALEANO, 1970, p. 190)

O primeiro mapa⁷ anexado a este artigo mostra um fator importante: situar e compreender como cada país coloca as questões de seus limites territoriais. A região salitreira concorrida pelos países andinos situa-se entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Pacífico. É localizado, entre os paralelos 19 e 25 do Hemisfério Sul.

Figura 1:



Expansão do Chile para o norte. A. Fronteira primitiva entre Chile e Bolívia. a. Fixada por tratado em 1866, mas em A - B as receitas provenientes dos nitratos eram divididas em partes iguais. C. Fronteira primitiva entre o Peru e a Bolívia. D. Fronteira do Chile depois da Guerra do Pacífico (1883). D - E seria ocupado pelo Chile durante dez anos. d. Fronteira chileno-peruana fixada pelo acordo de 1929. (Reprodução de um mapa da obra "Tacna and Arica" de W. J. Dennis, New Haven, 1931. Cortesia da Yale University Press.)

⁷ DOZER, Donald Marquand. América Latina uma perspectiva histórica. Porto Alegre: Globo, 1966. 393 p.

Moreira (2010) cita a indenização territorial entre Chile e Bolívia, herdada do período colonial que se manteve até 1866, quando ambos os países assinaram um tratado limítrofe no qual se fixava o paralelo 24 como linha demarcatória que determinava a soberania referente ao deserto de Atacama, área salitreira, que também continha o guano. Sendo assim, o sul desta linha passava a ser território chileno, e o norte pertencia à Bolívia. “[...] O tratado previa a exploração compartilhada entre empresas chilenas e bolivianas do guano produzido entre os paralelos 23 e 25, bem como a repartição das entradas fiscais pelas exportação do salitre” [...] (MOREIRA, 2010, p. 92). Apesar do autor aceitar essas demarcações, há incoerência entre as informações documentadas na Biblioteca Nacional do Chile e o que apresentam outras publicações sobre o tema. Como mostra o segundo mapa do livro de Jaime Eyzaguirre⁸, os chilenos contestam, através de alguns de seus historiadores, que a região norte que o Chile ocupou fosse de fato boliviana. Sob alegações de que havia poucos nativos na região quando os exploradores chilenos chegaram naquelas províncias.

O Chile atraiu muito, em especial, os capitais ingleses – sobretudo a cidade de Valparaíso, que se tornou um porto mais britânico do que chileno. As exportações de cobre, nitratos, salitre e guano atingiram cifra inéditas, e entre 1845 e 1857, o comércio exterior do Chile triplicou, fazendo de Valparaíso o porto mais movimentado da costa ocidental, abaixo apenas de São Francisco da Califórnia. (DOZER, 1966, p. 330)

O guano e o salitre possuíam utilidade como fertilizantes e também eram utilizados para a fabricação de munição, pois, manipulados, podiam ser transformados em nitrato de sódio. Para a indústria bélica europeia, esse interesse chega ao fim no ano de 1909, quando os químicos alemães Fritz Haber e Carl Bosch⁹ descobrem como manipular, em escala industrial, os elementos nitrogênio e hidrogênio, transformando-os em amoníaco. Esse processo, após ser patenteado, ganha o nome de Síntese de Haber-Bosch. Galeano (1970, p. 193) comenta que o aperfeiçoamento desta síntese derruba a

⁸ En torno de los antecedentes de la reclamación marítima boliviana hasta el Tratado de Paz de 1994 entre Chile y Bolivia y dos Negociaciones durante el siglo XX. Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: <http://www.bcn.cl/bibliodigital/pbcn/estudios/estudios_pdf_estudios/nro291.pdf>

⁹ Síntese de Haber-Bosch. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADntese_de_Haber-Bosch>

importância da exportação do salitre, o que, conseqüentemente, gera uma profunda crise econômica no Chile. Seguindo os passos dos exploradores californianos, o empresariado chileno passa a focar sua força de trabalho na exploração de cobre e ouro.

Negociações entre os dois países no século XX

No dia 20 de outubro de 1904, o embaixador boliviano Alberto Gutiérrez e o ministro de Relações Exteriores de Chile, Emilio Bello Codecido, assinaram, em Santiago, o Tratado de Paz, Amizade e Comércio. Roca (2004) retrata que, por meio deste, a Bolívia foi obrigada a abdicar formalmente “[...] não apenas a totalidade de seu litoral marítimo sobre o Oceano Pacífico, o qual Chile já ocupava desde 1879, se não mais, uns 7.000Km² adicionais no altiplano (Chilcaya e Ascotán)¹⁰[...]” (ROCA, 2004, p. 11). Essas províncias não estavam incluídas no Pacto de Trégua, assinado em abril de 1884. De acordo com o mesmo autor, existiam reservas de minerais ricos cuja exploração estava em pleno andamento. O Chile concedeu compensações econômicas no intuito de suavizar as perdas bolivianas, na tentativa de esquecer o passado e restabelecer o conceito de boa vizinhança. Na passagem a seguir, Roca (2004) expõe o sentimento boliviano sobre o impacto que causou ao país a perda de sua saída para o mar:

Porém, não obstante o século que leva ao Tratado foi incapaz de fechar feridas abertas pela guerra. Continua o mar sendo recordação de uma época em que um país forte agrediu a um país fraco, deixando-o incompleto, mutilado e reduzido ao enclausuramento. O que o sentido da frase do presidente Carlos Mesa quando disse faltando poucas semanas de assumir seu mandato, afirmou que entre a Bolívia e o Chile existe paz, mas não amizade¹¹. (ROCA, 2004, p. 12)

¹⁰ “[...] sólo la totalidad de su litoral marítimo sobre el Océano Pacífico que Chile ya ocupaba desde 1879, sino, además. Unos 7.000Km cuadrados adicionales en el altiplano (Chilcaya y Ascotán)[...]” (ROCA, 2004, p. 11) (Tradução livre.)

¹¹ Pero, no obstante el siglo que lleva de vida, el Tratado ha sido incapaz e cerrar las heridas abiertas por la guerra. Continúa el mal recuerdo de una época en la que un país fuerte agredió a otro débil, dejándolo incompleto, mutilado y reducido al enclaustramiento. Eso explica el sentido de una frase del presidente Carlos Mesa cuando, a las pocas semanas de asumir el mando, afirmó que entre Bolivia y Chile existe paz, no así amistad. (p. 12) (Tradução nossa.)

Seguindo com o mesmo autor, houve esforços por parte do governo boliviano tentando para o Tratado de Paz, em 1910, com o presidente Eliodoro Villazon, o qual empenhou-se em cancelar o acordo. Na proposta deste presidente constava que os territórios de Árica e Tacna poderiam ser cedidos para Bolívia como forma de indenização. O governo do Chile recebeu “friamente tal informação”, enquanto o do Peru posicionou-se favorável, caso Tacna permanecesse como seu território. Isto porque no Tratado de Ancón, de 1881, assinados entre Chile e Peru, permanecia pendente a definição destas duas províncias (algo que só se resolveria em 1929). O Chile pretendia permanecer com ambas as regiões. Sendo assim a consulta boliviana foi logo esquecida.

Ainda de acordo com Roca (2004), o governo boliviano de Bautista Saavedra em 1922, solicitou a então recém criada ONU que intercedesse e aplicasse o artigo 19 de sua carta constitutiva, para revisar o tratado de Paz:

A Assembleia poderá, em qualquer momento, convidar os membros da Sociedade para que façam uma nova avaliação dos tratados que tenham deixados de ser aplicáveis, assim como das situações internacionais cuja permanência poderia colocar em perigo a paz no mundo¹².

Havia por parte da diplomacia chilena uma forte pressão, que encontrou apoio em outras delegações, e a solicitação da Bolívia foi rejeitada. [...] No ano seguinte, o chanceler Ricardo Jaimes Freyre incitou o Chile para que, por via bilateral, o tratado fosse modificado de maneira que a Bolívia voltasse ao mar. A resposta foi rigorosamente negativa¹³[...]. (ROCA, 2004, p.13)

A proposta de Kellogg

No ano de 1926, o secretário de Estado norte-americano Frank Billings Kellogg encaminhou ao Chile, Bolívia e Peru uma nota, como observa Rosales (2011),

¹² La Asamblea podrá, en cualquier tiempo, invitar a los miembros de la Sociedad a que procedan a un nuevo examen de los tratados que hayan dejado de ser aplicables, así como de las situaciones internacionales cuyo mantenimiento podría poner en peligro la paz del mundo. (ROCA, 2004, p.13) (Tradução livre.)

¹³ Al año siguiente, el canceller Ricardo Jaimes Freyre exhortó a Chile a que, por la vía bilateral, el tratado fuera modificado de manera que Bolivia volviera al mar. La respuesta fue una terminante negativa.. (ROCA, 2004, p.13) (Tradução livre.)

considerando alternativas distintas. A proposta era que Chile e Peru transferissem à Bolívia as províncias de Tacna e Árica. O documento estipulava que houvesse compensações econômicas das quais a Bolívia deveria pagar pela mudança dos direitos territoriais. A proposta foi bem recebida pelo governo boliviano, tendo sido aceita formalmente através de seu chanceler. Aqui, os autores confirmam como teria sido a aceitação do Chile a este pedido. Roca (2004) diz que este foi recebido com simpatia pelo governo chileno. Porém, houve uma forte negativa por parte do governo peruano. Rosales (2011) relata que a diplomacia chilena assumiu uma atitude flexível. Porém, as expectativas foram anuladas pelo Peru, tendo sido sua resposta para a Proposta de Kellogg a seguinte:

A controversia de Tacna e Árica se relaciona íntima e estreitamente com a honra e a dignidade do Peru. Tacna e Árica foram, desde o tempo colonial até o presente, parte integrante do nosso território. Estas regiões que formam um pedaço do coração nacional, não podem ser transferidas a uma terceira potência, em plena paz, sem que a honra nacional seja prejudicada, sem que a dignidade do país fique manchada e sem que as expectativas do Peru sejam desrespeitadas¹⁴. (ROSALES, 2011, p. 15)

Assim, foram fechadas as portas para a eventual saída da Bolívia ao mar. Conforme Roca (2004), ficou decidido, três anos após este episódio, em 1929, que Tacna seria devolvida ao Peru, enquanto Árica continuaria sendo parte do território chileno. Determinou-se que nenhum deles desistiria de todo ou parte daquelas províncias a uma “terceira potência” (neste caso a Bolívia), sem o assentimento do outro. “[...] Desta forma, e como se tem repetido tantas vezes, Chile colocou um cadeado à saída ao mar, enquanto o Peru ficou com a chave¹⁵. [...]” (ROCA, 2004, p. 14)

¹⁴ La controversia de Tacna y Arica se relaciona íntima y estrechamente con el honor y la dignidad del Perú. Tacna y Arica se relaciona fueron, desde la época colonial hasta el presente, parte integrante de nuestro territorio. Estos territorios, que forman un pedazo de corazón nacional, no pueden ser transferidos a una tercera potencia, en plena paz, sin que el honor nacional sufra menoscabo, sin que la dignidad del país quede mancillada y sin que las más caras expectativas del Perú queden burladas. (Maira, Luis y Murillo de la Rocha, Javier, Óp. Cit., pág. 47, Apud Rosales, 2011, p. 15) (Tradução nossa.)

¹⁵ [...]De esa manera, y como se ha repetido tantas veces, Chile puso el candado a nuestra salida al mar mientras Perú se quedó con la llave. [...] (ROCA, 2004, p. 14) (Tradução nossa.)

O historiador e diplomata, Ramiro Prudêncio recorda-se que se o Chile aceitasse dar um corredor ao norte de Árica, teriam que consultar ao Peru devido ao Tratado de 1929. Por isso, -“Sempre devemos ter muito boa relação com o Peru, e ainda mais depois do acordo, porque além das 80 milhas de possível mar boliviano vem o mar peruano e se deverá negociar o livre transito.”- É ‘óbvio’ que para concretizar qualquer mudança de territórios ao norte de Árica é ‘indispensável’ o consentimento do Peru, conforme o ex chanceler (boliviano) Javier Murillo, que assim determina o Protocolo Adicional do Tratado de 1929.¹⁶

As tratativas entre o presidente chileno Gabriel González Videla (1946 – 1952) e Enrique Hertzog Garaizabal (1947 – 1949)

O documento da Biblioteca Nacional do Congresso do Chile¹⁷ (2005), com base nas pesquisas do historiador chileno Oscar Pinochet, afirma que o governo do presidente Gabriel González Videla cogitou, em 1950, realizar o acordo de soberania ao mar para Bolívia, no intuito de explorar o lago Titicaca para produzir energia. O lago está situado a 3810 metros de altitude, com uma extensão de 8100km². É considerado o lago mais alto do mundo.

Nesta mesma passagem, o documento ressalta a visita do presidente chileno a Washington e o interesse do então presidente americano no desenvolvimento da região e seu apoio a estes dois acordos.

O documento da Biblioteca Nacional do Chile, ainda informa:

O presidente González Videla contou em suas memórias que se inspirou nos planos de irrigação utilizando o lago Titicaca feitos em 1922 pelo engenheiro chileno Luis Lagarrigue, referente a milhares de hectares, e seu uso para a produção de energia elétrica destinada as novas industrias e as ferrovias¹⁸. (p. 45)

¹⁶ El historiador y diplomático Ramiro Prudêncio recuerda que si Chile acepta dar un corredor al norte de Arica, se tiene que consultar al Perú de acuerdo con El Tratado de 1929. Por eso, “siempre debemos tener una muy buena relación con Perú, y más aún después del fallo, porque más allá de las 80 millas del potencial mar boliviano viene el mar peruano y se deberá negociar el libre tránsito”. Es “obvio” que, para concretar cualquier transferencia de territorios al norte de Arica, es “indispensable” el consentimiento del Perú, secunda el ex canciller Javier Murillo, que recuerda que así lo determina el Protocolo Adicional al Tratado de 1929. Noticia: Se reaviva la oferta de Charaná, y Perú surge como factor clave – La Razón Edición Impresa / Ricardo Aguilar Agramon (Tradução nossa.)

¹⁷ En torno de los antecedentes de la reclamación marítima boliviana hasta el Tratado de Paz de 1994 entre Chile y Bolivia y dos Negociaciones durante el siglo XX. Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: <http://www.bcn.cl/bibliodigital/pbcn/estudios/estudios_pdf_estudios/nro291.pdf>

¹⁸ PINOCHET DE LA BARRA, Oscar. ¿Puerto para Bolivia? Centenaria negociación. Santiago, Chile, Editorial Salesiana, 1987, 112 p. - “El presidente González Videla há contado en sus Memorias que se

As tratativas entre Hugo Banzer e Augusto Pinochet

Em 1973, com o total apoio da CIA (*Central Intelligence Agency*) e patrocínio dos EUA, sobe ao poder o general Augusto Pinochet, que, por provável pressão pública, não firma o acordo negociado entre os anos de 1985 a 1987 de saída ao mar para a Bolívia, conforme declaração do ex-cônsul da Bolívia no Chile Jorge Siles, em entrevista a Ricardo A. Agramont¹⁹ (2014) que teria participado de toda a negociação.

As tratativas para um acordo de soberania ao mar para Bolívia, entre os governos de Augusto Pinochet e Hugo Banzer recebe o nome da região onde as reuniões aconteceram. Chamado como *El Abrazo de Charañã*, ou, ainda, *Negociación de Charaña*.

Ricardo A. Agramont, jornalista do periódico boliviano *La Razón*, teve uma matéria/entrevista publicada em fevereiro de 2014 lembrando o que aconteceu durante a negociação de *Charaña*.

A negociação de *Charaña* começou no dia 08 de fevereiro de 1975 com a Ata de *Charaña*, assinada pelos ditadores Hugo Banzer, da Bolívia, e Augusto Pinochet, do Chile. O documento tinha a pretensão de acertar as bases para solucionar o problema marítimo boliviano²⁰.

O periodista constatou que, em agosto de 1975, o embaixador boliviano Guillermo Gutiérrez entregou ao chanceler do Chile, Patricio Carvajal, uma proposta renovada. A ideia era fornecer à Bolívia um corredor ao norte de Árica, com 50 quilômetros de extensão, preferencialmente próximo às regiões de Iquique, Antofagasta ou Pisagua²¹.

inspiró en los planes de regadío con aguas del lago Titicaca hechos en 1922 por el ingeniero chileno Luis Lagarrigue, de varios miles de hectáreas, y su uso para producción de energía eléctrica destinada a las nuevas industrias y a los ferrocarriles.” (p. 45) (Tradução livre.)

¹⁹ AGRAMONT, Ricardo Aguilar. Se reaviva la oferta de Charaña, y Perú surge como factor clave. *La Razón*, Disponível em: <http://www.la-razon.com/suplementos/animal_politico/reaviva-oferta-Charana-Peru-factor_0_1994800576.html>.

²⁰ La negociación de Charaña se inició el 8 de febrero de 1975 con el Acta de Charaña, firmada por los dictadores Hugo Banzer, de Bolivia, y Augusto Pinochet, de Chile. El documento tenía La pretensión de sentar las bases para solucionar el problema marítimo boliviano. (Tradução livre)

²¹ AGRAMONT, Ricardo Aguilar. Se reaviva la oferta de Charaña, y Perú surge como factor clave. *La Razón*, Disponível em: <http://www.la-razon.com/suplementos/animal_politico/reaviva-oferta-Charana-Peru-factor_0_1994800576.html>

²¹ AGRAMONT, Ricardo Aguilar. Se reaviva la oferta de Charaña, y Perú surge como factor clave. *La Razón*, Disponível em: <http://www.la-razon.com/suplementos/animal_politico/reaviva-oferta-Charana-Peru-factor_0_1994800576.html>

O diplomata chileno Ramiro Prudêncio respondeu à proposta de sessão soberana para um corredor ao norte da cidade de Árica, em dezembro de 1975. Haveria continuidade terrestre até o mar e uma extensão de costa de oito quilômetros. Nas palavras do diplomata, “Esta oferta é a mais importante por ser a mais concreta.” Ele afirma que antes disso se falava apenas em solucionar o problema, mas não se comentava sobre negociações ²².

Agramont cita também o historiador Máximo Quitral Rojas, que enumerou alguns dos principais motivos que levaram o presidente Augusto Pinochet a tentar a aproximação com a Bolívia: 1) O Chile vivia um momento de isolamento internacional por sua ruptura com a democracia (tendo o país sido expulso do G7 e de outras organizações internacionais); 2) a afinidade ideológica com o regime de Hugo Banzer, e 3) melhorar sua situação geopolítica, pois havia tensão com a Argentina (devido ao litígio referente às ilhas Nueva, Picton e Lennox) e com o Peru (por rumores de guerra com o país).

Charaña acabou não favorecendo a Bolívia. O governo chileno precisou consultar o governo peruano para tentar solucionar o enclausuramento boliviano. As exigências de ambos aniquilaram as chances da Bolívia aceitar a proposta. Eram elas: por parte do Peru, a trinacionalidade para a região a ser cedida; o Chile por sua vez exigia uma compensação territorial equivalente ao espaço a ser disponibilizado à Bolívia, além de disponibilizar o rio Lauca, para que fosse instalada uma hidroelétrica, e a Bolívia seria proibida de militarizar esta região. A opinião pública boliviana se opôs. Após o fracasso de *Charaña*, as relações diplomáticas entre os dois países se extinguíram uma vez mais.

Entre os dias 22 a 31 de outubro de 1979, a Bolívia foi o país anfitrião da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, e naquela semana de reuniões houve oportunidades de seus representantes discutirem sua questão da falta de soberania ao oceano, o que motivou a composição da Resolução 426, cuja página 56 declara o interesse hemisférico de encontrar uma solução equitativa em que Bolívia obtivesse acesso útil e soberano ao Oceano Pacífico²³.

²³AG/RES. 426 (IX-0/79). ACCESO DE BOLICIA AL OCENAO PACIFICO. (Resolución aprobada en la duodécima sesión plenaria el 31 de octubre de 1979). LA ASAMBLEA GENREAL, DECLARA: Que es de interés hemisférico permanente encontrar una solución equitativa por lo cual Bolivia obtenga acceso

Michelle Bachelet, Evo Morales e o sexto item da *Agenda de 13 puntos*

Nos anos 2000, a América Latina passou por uma transformação, e governos considerados socialistas são democraticamente escolhidos para subir ao poder. Apesar de demonstrarem respeito mútuo, Michelle Bachelet, a presidente do Chile entre os anos de 2006 a 2010, e Evo Morales (no mesmo período, e ocupando o cargo até a presente data), presidente da Bolívia, assinaram, em julho de 2010, a *Agenda de 13 Puntos*²⁴.

Esta agenda estava sendo construída entre os ministros das relações exteriores de ambos os países a partir de 2006. Em 2007, o Ministério das Relações Exteriores do Chile publicou em seu site oficial a Ata da XVII reunião entre os representantes de ambos os países. Neste documento consta o que vinha sendo acordado, e apresenta-se o sexto item desta tão aclamada Agenda, chamado de “Tema Marítimo”. Este aborda a necessidade de ambos secretários de Relações Exteriores trocarem informações de maneira ampla, franca e realista sobre o assunto e aprofundar o diálogo. O texto não passa de dois parágrafos superficiais sobre o tema, e absolutamente nenhuma palavra indica que algo será realizado a respeito durante os respectivos mandatos:

Logo que seja feito um balanço dos avanços alcançados nas relações bilaterais a partir dos últimos diálogos e tendo em conta as condições que prevalecem tanto no Chile quanto na Bolívia no que diz respeito ao tema e seus possíveis enfoques, ambas delegações concordaram da necessidade de manter o diálogo bilateral em uma perspectiva construtiva com a finalidade de aprofundar as linhas de trabalho que considerem efetivamente os critérios que foram compartilhados²⁵.

sobreaño y útil al Océano Pacífico, y CONSIDERANDO: Que es necesario conseguir, con espíritu de fraternidad e integración americana, el objetivo señalado en el punto anterior y consolidar una paz estable, que estimule el progreso económico y social en la área de América directamente afectada por las consecuencias del enclaustramiento de Bolivia, RESUELVE: 1. Recomendar a los Estados a los que este problema concierne directamente, que inicien negociaciones encaminadas a dar a Bolivia una conexión territorial libre y soberana con el Océano Pacífico. Tales negociaciones deberán tener en cuenta los derechos e intereses de las Partes involucradas y podrían considerar, entre otros elementos, la inclusión de una zona portuaria de desarrollo multinacional integrado y asimismo, tener en cuenta el planteamiento boliviano de no incluir compensaciones territoriales. 2. Continuar la consideración del tema “Informe sobre el problema marítimo de Bolivia” en el próximo período de sesiones de la Asamblea General.

²⁴ *Agenda de 13 puntos* foi estabelecida entre os anos de 2006 e 2010, pelos chanceleres de Chile e Bolívia, que trabalharam na formulação desta agenda cujo o sexto item cita a questão da saída ao mar para Bolívia.

²⁵ Luego de hacer un balance de los avances logrados en la relación bilateral desde las últimas conversaciones y teniendo en cuenta las condiciones prevalecientes en Chile y Bolivia respecto al tema y sus posibles enfoques, ambas delegaciones coincidieron en la necesidad de mantener el diálogo bilateral en

A mídia de ambos os países especularam, ao longo dos anos, de forma bastante analítica, como governos ditos socialistas - neste caso o de Michelle Bachelet e Evo Morales - não ultrapassaram eventuais diálogos, e só aprovaram uma agenda que não foi levada adiante.

Rosales (2011) expôs que durante o centenário do Tratado de Paz e Amizade ocorrido no dia 20 de outubro de 2004, o chanceler boliviano Juan Ignacio Siles do Vale declarou ser favorável a reiniciar as negociações de *Charaña* estagnadas desde 1978. Porém, houve um comentário que incomodou realmente as autoridades chilenas, tendo sido declarado por um dos ministros bolivianos que um possível novo acordo fosse desta vez realmente de “paz e amizade”.

O processo em Haia

As relações entre os governos de Evo Morales e Sebastian Piñera foram pouco amistosas, com séries de declarações entre ambos os presidentes de cunho ofensivo e degradante. Em 17 de abril de 2014, a Bolívia apresentou suas memórias perante Haia²⁶, Evo Morales e sua equipe criaram o plano Diremar, com apoio de historiadores, juristas e especialistas, para montar a demanda que foi apresentada no Tribunal de Haia. O governo boliviano se preocupou em fazer pesquisas para saber qual seria a impressão causada por sua administração na visão de sua nação, bem como pelas estrangeiras, caso apresentassem tal demanda. Tendo tido uma avaliação favorável, o presidente Evo Morales optou por seguir com o processo. Conforme informações do Tribunal, o Chile terá até 18 de fevereiro de 2015 para responder.

Os autores dos Estudos e Investigações Militares do Exército chileno detalharam sobre o funcionamento da Corte Internacional de Justiça, que vem substituir a “Corte Permanente de Justiça Internacional”, criada em 1922, ocorrida junto com o Pacto da

una perspectiva constructiva, con la finalidad de profundizar las líneas de trabajo que consideren efectivamente los criterios que han sido compartidos. (Tradução nossa.)

²⁶ A apresentação da demanda ao Tribunal de Haya aconteceu no dia 24 de abril de 2013, tendo sido entregue por uma comissão liderada pelo chanceler boliviano David Choquehuanca, de acordo com NÚNES (2014).

Sociedade das Nações, válido até a Segunda Guerra Mundial, tendo sido, esta organização internacional, o primeiro tribunal designado para resolver as diferenças por meios pacíficos. Entretanto, sua competência era reconhecida na ocasião em que as partes envolvidas em uma disputa deliberavam espontaneamente submeter-se a tal magistratura. Mesmo assim, um Estado poderia assumir previamente seu reconhecimento antecipando futuras disputas. Tal formato cujo ponto de vista era unilateral induzia o comparecimento do outro Estado perante a corte.

Este tribunal internacional é o principal órgão judicial da ONU, de acordo com este documento do exército chileno:

[...] O estatuto que rege seu funcionamento é parte da Carta das Nações Unidas, assim como seu regulamento próprio. Todos os Estados integrantes da ONU são partes do dito estatuto; adicionalmente um Estado membro pode chegar a ser parte deste, previa aceitação expressa de suas regras, pelo compromisso de cumprir as decisões da corte e contribuir para se sustentar. Sua sede está localizada no Palácio de La Paz, Países Baixos²⁷. (p. 11)

O documento da Biblioteca Nacional do Chile assegura que a Bolívia nunca possuiu acesso ao mar efetivamente. Algumas destas afirmações mais relevantes sustentam que a Bolívia não participou de nenhuma das batalhas marítimas travadas durante a Guerra do Pacífico, algo que pode ser analisado levando-se em conta apenas a falta de organização do capital boliviana para investir em tecnologia de guerra naquela época.

A Bolívia, em seu Livro Azul, defende que no ano de 1837 criou o Departamento do Litoral, e que este se dividia em duas províncias: La Mar, da qual a capital era Cobija, e Atacama, da qual a capital era São Pedro de Atacama. Afirma que esta região teria em torno de 3.700 habitantes no ano de 1825, quando a Bolívia se tornou independente. Com

²⁷ Este tribunal internacional es el principal órgano judicial de la Organización de Naciones Unidas. [...] El estatuto que rige su funcionamiento es parte de la Carta de Naciones Unidas, así como su reglamento propio. Todos los Estados integrantes de la ONU son partes de dicho estatuto; adicionalmente un Estado no miembro puede llegar a ser parte de este, previa aceptación expresa de sus reglas, al compromiso de cumplimiento de las decisiones de la corte, y contribuir a solventar sus gastos. Su sede se encuentra en el Palacio de la Paz, en La Haya, Países Bajos. (p. 11) (Tradução livre.)

base nisso, pode-se inferir que a população local era demasiada pequena para garantir a soberania local quando os exploradores chilenos chegaram com o capital estrangeiro.

Os analistas e historiadores chilenos afirmam que a Bolívia não teria direito a sua saída para o mar, por ser o país perdedor da Guerra do Pacífico, e que sua demanda em qualquer tribunal internacional fere o tratado de Paz e Amizade de 1904. Além disso, sustentam que não há como mudar a região fronteira do país sem consultar o Peru, devido ao Tratado assinado entre Chile e Peru, no ano de 1929. Ramiro Orias (2003) cita em seu artigo que muitas foram as tentativas por parte do governo chileno de ajudar a Bolívia a conquistar a sua saída para o mar, mas que o segundo país não se mostrou interessado em negociar de fato sobre o tema, sempre rompendo as relações diplomáticas entre os dois países.

A doutora em direito internacional Maria Teresa Infante (2004) comenta o que impede estes dois países, hoje, de acordarem sobre a questão marítima. Para ela, falta, por parte da Bolívia, maturidade e consenso de união, enquanto que, no Chile, sobra conservadorismo e incapacidade analítica na sua elite diplomática.

Considerações finais

Avaliando o que foi dito até aqui, acredita-se que, sim, a Bolívia pode conquistar, através de Haia, uma decisão positiva ao seu pedido de saída soberana ao mar. Caso o resultado seja favorável ao país, pode-se esperar uma grande rejeição por parte do governo e da população chilena, e possivelmente uma resposta violenta. Porém, os autores concordam com o que foi citado nos tratados estudados aqui, quando estes afirmam que este acordo terá que analisar também a situação fronteira com o Peru, cuja pretensão de reaver o território de Árica (hoje a última cidade ao norte de jurisdição chilena) está muito viva para a população e seus líderes.

Referências

AG/RES. 426 (IX-0/79). **Acceso de bolicia al oceano pacifico**. Noveno Período Ordinario de Sesiones - Actas y Documentos Volumen I. Organización de los Estados Americanos – Asamblea General. La Paz, Bolivia. Del 22 al 31 de octubre de 1979. Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/agres/ag03793S01.PDF>> Acessado em: 19 de junho de 2014.

Chile en el Tribunal Internacional de La Haya. Centro de Estudios e Investigaciones Militares. Memorial del Ejército de Chile, nº 484. Departamento Comunicacional del Ejército. Agosto – 2010.

En torno de los antecedentes de la reclamación marítima boliviana hasta el Tratado de Paz de 1994 entre Chile y Bolivia y dos Negociaciones durante el siglo XX. Depesex/BCN/Serie Estudios, Año XV, nº 29. C Biblioteca Del Congresso Nacional de Chile. Santiago de Chile. Ago. 2005. Disponível em: <http://www.bcn.cl/bibliodigital/pbcn/estudios/estudios_pdf_estudios/nro291.pdf> Acessado em: 12 de abril de 2014.

Evo Morales reivindica vigência de fallida agenda de 13 puntos com Chile. Mar. 2012. Disponível em <<http://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/evo-morales-reivindica-vigencia-de-fallida-agenda-de-13-puntos-con-chile>> Acessado em: 06 de agosto de 2014.

FUNDACION, HANNS SEIDEL. **A cien años del Tratado de paz y Amistad de 1904 entre Bolivia y Chile**. Fundación Boliviana para la Capacitación Democracia y la Investigación, 2004- Disponível em: <http://www.hss.de/fileadmin/americalatina/Bolivia/downloads/67_A_CIEN_A%C3%91OS_DEL_TRATADO_DE_PAZ_Y_AMISTAD_DE_1904_ENTRE_BOLIVIA_Y_CHILE.pdf>. Acessado em: 27 de abril de 2014.

GOVERNO DO CHILE. **Acta de la XVII reunión del mecanismo de consultas políticas Chile-Bolivia**. Página do Ministerio das Relaciones Exteriores de Chile. Chile. 19. out. 2007. Disponível em: <<http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20080716/pags/20080716180444.html>>. Acessado em: 19 de julho de 2014.

WIKIPEDIA. **Expedición Libertadora del Peru**. Jun. 2014. Disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Expedici%C3%B3n_Libertadora_del_Per%C3%BA>, Acessado em: 25 de junho de 2014.

WIKIPEDIA. **Provincias Unidas del Río de la Plata**. Jul. 2014. Disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Provincias_Unidas_del_R%C3%ADo_de_la_Plata>, Acessado em: 25 de junho de 2014.

WIKIPEDIA. **Síntese de Haber-Bosch**. Mai. 2013. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADntese_de_Haber-Bosch>, Acessado em: 18 de julho de 2014.

AGRAMONT, Ricardo Aguilar. **Se reaviva la oferta de Charaña, y Perú surge como factor clave**. La Razón, La Paz, 09, fev. 2014. Disponível em: <http://www.la-razon.com/suplementos/animal_politico/reaviva-oferta-Charana-Peru-factor_0_1994800576.html>. Acessado em: 14 de abril de 2014.

AGRAMONT, Ricardo Aguilar. **De cómo en la demanda marítima triunfó la idea de los ‘actos unilaterales’**. La Razón, La Paz, 13, abr. 2014. Disponível em: <http://www.la-razon.com/suplementos/animal_politico/demanda-maritima-triunfo-actos-unilaterales_0_2032596735.html>. Acessado em: 19 de julho de 2014.

ALMARZA, Alberto Sepúlveda. **La Creación de Chile**. Santiago de Chile: RIL Editores, 2008.

DOZER, Donald Marquand. **América Latina uma perspectiva histórica**. Porto Alegre: Globo, 1966.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre. L&PM, 1970.

GUZMÁN, Alcibíades. **Fronteras de Bolivia: Discusión con la prensa de Chile acerca de la soberanía de Bolivia en Chilcaya**. La Paz: Edición Ordenada Por el Ministerio de Relaciones Externas, 1902.

INFANTE, Maria Teresa. **Chile Y Bolivia en cuatro obras**. Revista de Estudios Internacionales. Nº 148. 2004.

LLOSA, Álvaro Vargas. **La Haya y la sombra de Bolivia**. La Tercera, Chile. 16, out. 2012. Disponível em: <<http://www.analisislatino.com/notas.asp?id=5547>>. Acessado em: 19 de julho de 2014.

MARTON, Fabio. **A incrível história de como a Bolívia perdeu metade de seu território - e sua saída para o oceano Pacífico**. 02 fev. 2012. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/saiba-mais-guerra-pacifico-676070.shtml>> Acessado em: 25 de junho de 2014.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As relações internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NÚNES, Maria Paz. **Las seis frases clave que han marcado la demanda boliviana contra Chile en La Haya.** Desde que se presentó la demanda en abril de 2013 hasta hoy, representantes de ambos países han marcado el tono en el que se desarrolla la controversia en la Corte Internacional de Justicia de La Haya. 15 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.latercera.com/noticia/politica/2014/07/674-586888-9-las-seis-frases-clave-que-han-marcado-la-demanda-boliviana-contra-chile-en-la.shtml>> Acessado em: 18 de setembro de 2014

ORIAS, Ramiro. **Bolivia-Chile: La cuestión de la mediterraneidad. Algunas consideraciones desde el Derecho Internacional.** Revista Fuerza Armadas y Sociedad. Año 18. Nº 1 -2. PP. 51 -73. Diciembre de 2003.

ORTEGA, Luis. **Los empresarios, la política y los Orígenes de la Guerra del Pacífico.** FLACSO – Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales. Santiago. Nº 24. Abril 1984.

ROCA, José Luis. 1904: **Un tratado que restableció la Paz pero no la Amistad.** Opiniones y Analisis, La Paz, Primera edición, p. 11 – 12, mar. 2004.

REYES, Fernando Siliano. **As perdas territoriais do Estado Boliviano (1825 – 1935).** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Edição Especial, pp. 161 – 181, 2009.

ROSALES, Gabriela. **Las relaciones chileno-bolivianas durante los Gobiernos de la Concertación en Chile.** Tesis (Grado para Licenciatura en Relaciones Internacionales) – Universidad Nacional de Rosario. Fundación para la Integración Federal, Buenos Aires, 2011.

SANTIVÁÑEZ, José María. **Bolivia I Chile – Cuestion de Límites.** Cochabamba: Imprenta Del Siglo, 1864.

VALDÉS, Julio Cesar. **Asuntos Internacionales Bolivia y Chile – Antecedentes Históricos. Discusión Diplomática, - Estado Actual de la Cuestión.** Santiago de Chile: Imp. Centro Editorial La Prensa, 1900.

Resumo

Este artigo procura destacar os principais fatos históricos que levaram a fragmentação das relações bilaterais de Chile e Bolívia, país que perdeu sua saída para o mar. Inicia-se com as pretensões que levaram estes a Guerra do Pacífico, e o texto segue com as tentativas de acordo entre os respectivos presidentes ao longo do século XX, chegando aos dias atuais, expondo a inépcia de proporcionar um acordo que permitisse a Bolívia (por parte do Chile) restabelecer sua soberania ao mar. Ocasionalmente a exigência boliviana de sua saída ao oceano, em abril de 2013, no Tribunal de Haia

Palavras-chave

Chile e Bolívia; conflito; território

Abstract

This article seeks to distinguish some of the historical events that led to the fragmentation of bilateral relations of Chile and Bolivia, which lost access to the sea. It begins with the claims that led to the Pacific War, and the text continues with the attempts of agreement between the respective presidents throughout twentieth century, reaching the present day, exposing ineptitude to provide an agreement that would allow to Bolivia (by Chile) reestablish their sovereignty to the ocean. Resulting in Bolivian demand for their output to the ocean, on April 2013, on the Hague Tribunal.

Keywords

Chile and Bolivia; conflict; territory

*Artigo recebido em 26 de novembro de 2014.
Aprovado em 06 de fevereiro de 2015.*